

Estudo de Impacte Ambiental (Relatório Síntese)	NNAIA - 719
Linhas Aéreas de Alta Tensão Alqueva/Ferreira do Alentejo/Sines 2 a 400 kV (Estudo Prévio)	Designação
<p>Júlio de Jesus (Eng.º do Ambiente) – Coordenação; Natália Santos (Eng.ª do Ambiente) – Apoio á coordenação geral; Sofia Nunes (Estagiária de Eng. do Ambiente) – Apoio à coordenação geral; Natália Santos (Eng.ª do Ambiente) – Coordenação do sistema biofísico Maria do Rosário Partidário (Eng.ª do Ambiente) – Coordenação do sistema socioeconómico e cultural; Sérgio Brites (Geógrafo) – Fatores físicos (clima, geologia, solos, recursos hídricos); Carlos Souto Cruz (Eng.º Silvicultor) – Ecologia (flora e vegetação); João Pedro Neves e Carlos Pacheco (Biólogos) – Ecologia (fauna); Natália Santos (Eng.ª do Ambiente) – Qualidade do ar e água, resíduos; João Luís Bento Coelho e Dulce Churro (Eng. Eletrotécnico) – Ruído; Nuno Cruz de Carvalho, Maria Adalgisa Cruz e Paulo Castro Lopes (Eng.º Paisagista) – Paisagem; João José Martins (Sociólogo) - Fatores socioeconómicos; Maria do Rosário Partidário (Eng.ª Ambiente), Júlio de Jesus (Eng.º do Ambiente) e Sofia Antunes (Estagiária de Eng. do Ambiente) – Uso do solo e ordenamento do território Carlos Nuno (antropólogo) e Artur Martins (Arqueólogo) - Património Cultural; Júlio de Jesus (Eng.º Ambiente), Isabel Rovisco (Eng.º Ambiente) e Luís Xavier (Eng.º Químico-Industrial) – Análise de riscos; Paula Castro Lopes (Arqto. Paisagista) – Desenho.</p>	Equipa técnica
Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio	Enquadramento legal
<p>A linha de alta tensão Alqueva-Ferreira do Alentejo, a 400 kV, situa-se na região do Alentejo e abrange dos seguintes concelhos e freguesias:</p> <p>- Alvito (freguesia de Alvito); Beja (freguesia de S. Matias); Cuba (freguesia de Cuba e de Faro do Alentejo); Ferreira do Alentejo (freguesias de Alfundão, Ferreira do Alentejo e Peroguarda); Portel (freguesia de Alqueva); Vidigueira (freguesia de Pedrógão, Selmes, Vidigueira e Vila de Frades); Ferreira do Alentejo (freguesia de Canhestros, Ferreira do Alentejo e Figueira dos Cavaleiros); Santiago do Cacém (freguesias de Abela, Ermidas-Sado, Santiago do Cacém e S. Martolomeu da Serra).</p>	Localização
<p>A Resolução do Concelho de Ministros n.º5/84, de 16 de janeiro e o Decreto-Lei n.º 33/95, de 11 de fevereiro, inserem o aproveitamento Hidroelétrico do Alqueva no Plano Energético Nacional.</p> <p>A Central do Alqueva necessita ser ligada à Rede Nacional de Transporte (RNT) de energia elétrica para alimentar, por um lado, os consumos das operações dos sistemas de rega e de bombagem da própria central, assim como, os consumos que no futuro resultarão do desenvolvimento regional previsto e, por outro lado, escoar a energia que irá ser produzida no Alqueva.</p>	Finalidade
Esta ligação entre a central hidroelétrica do Alqueva e a Subestação de Sines será feita através de uma linha aérea, a 400 kV, dividida em duas	Características do projeto

linhas complementares, a serem instaladas de forma sequencial e que se designam como Linha Alqueva-Ferreira do Alentejo e Linha Ferreira do Alentejo - Sines 2 (por já existir uma linha entre Ferreira do Alentejo e a Subestação de Sines)

Linha Alqueva – Ferreira do Alentejo

O EIA analisa os seguintes corredores alternativos à Solução Base (SB):

- Solução Alternativa 1 (A1), entre os Km 3 e 11 da Solução Base, com uma extensão de cerca de 8 km;
- Solução Alternativa 2 (A2), entre os km 22 e 56 da Solução Base, com uma extensão de cerca de 31 km;

São quatro combinações de corredores possíveis:

- SB, com uma extensão aproximada de 66 km;
- SB-A1-SB, com uma extensão aproximada de 66 km;
- SB-A1-A2-SB, com uma extensão aproximada de 63 km;
- SB-A2-SB, com uma extensão aproximada de 63 km.

Linha Ferreira do Alentejo - Sines 2

Conta apenas com a Solução Base, com cerca de 59,5 km de extensão.

Descritor património arquitetónico e arqueológico

O descritor refere a pesquisa bibliográfica e documental de elementos do património cultural, classificados ou em vias de classificação, que apresentassem características estéticas, tipológicas ou construtivas significativas enquanto marcas culturais do território em análise; Menciona a consulta ao plano diretor municipal, cartas militares de Portugal, fotografia aéreas, bases de dados dos órgãos da tutela (IPA, IPPAR e DGEMN), investigadores com projetos na área e EDIA. Apesar de não aparecer explícito subentende-se a realização de prospeção arqueológica seletiva.

Foram identificadas 34 sítios de interesse patrimonial, situados nos corredores em estudo. De entre eles, pela sua importância e localização nos corredores assinalados, devem destacar-se:

- a. Duas antas em Corte serrão, no concelho da Vidigueira, classificados como Imóvel de Interesse Público, que ficam no corredor da Solução Base da Linha Alqueva-Ferreira do Alentejo, cerca do km 7+000;
- b. Porto Torrão, povoado pré-histórico, junto à Ribeira de Vale do Ouro, no concelho de Ferreira do Alentejo, cerca do km 64+000 do corredor da Solução Base na linha Alqueva-Ferreira do Alentejo;
- c. Duas manchas de dispersão de materiais cerâmicos, a primeira provavelmente do período romano e a segunda de época moderna, no corredor da Alternativa 2 da linha Alqueva-Ferreira do Alentejo.

A nossa área de estudo abrange, aproximadamente, até ao km 14+000, da Solução Base e a Solução Alternativa 1. Neste foram localizados 7 sítios de interesse patrimonial (6 sítios arquitetónicos e 1 elemento arquitetónico).

O impacto sobre o património é considerado em fase de construção, resultante de ações como: implantação de estaleiros, abertura de caminhos, transporte de materiais e equipamentos, abate de árvores, e escavação das fundações dos apoios.

É avaliado o tipo, a magnitude, e a probabilidade dos impactos (sem serem explicitados os critérios de gradação utilizados).

Caracterização da situação de referência

Identificação de impactos

<p>São identificados impactes diretos em 8 sítios arqueológicos, com graus de magnitude distintos.</p> <p>Considera-se as duas soluções alternativas equivalentes, considerando o facto se ser possível ajustar o traçado dentro do corredor escolhido, se modo e evitar impactes.</p>	
<p>Para além das medidas específicas definidas para cada sítio onde se prevê a ocorrência de impactes, propõe-se:</p> <p>a. Condicionalismo à instalação das áreas de estaleiro e aberturas de caminhos;</p> <p>b. Prospecções sistemáticas ao longo do traçado escolhido;</p> <p>c. Acompanhamento arqueológico da empreitada.</p>	<p>Medidas de minimização</p>
<p>Apesar de à data de início do procedimento de AIA já estar em vigor o Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, o relatório refere como enquadramento legal o Decreto-lei n.º 186/90, de 6 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/97, de 8 de outubro, e o Decreto Regulamentar n.º 38/90, de 27 de novembro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 42/97, de 10 de outubro.</p>	<p>Anotações</p>

Resumo Não Técnico

<p>Apresenta uma síntese da caracterização da situação de referência, análise de impactes e propostas de minimização.</p>	<p>Património arquitetónico e arqueológico</p>
---	--

Relatório da Consulta Pública

<p>A Consulta do Público decorreu durante 50 dias úteis, tendo o seu início no dia 23 de outubro de 2000 e o seu final no dia 5 de janeiro de 2001.</p>	<p>Período</p>
<p>Foram recebidos 12 pareceres com a seguinte proveniência:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Irmãos Pedrosa – Sociedade de Agricultura de Grupo. Lda.; 2. Fundação Carmona e Costa; 3. Associação Nacional de Conservação da natureza – Quercus; 4. Centro de Estudos da Avifauna Ibérica; 5. Câmara Municipal da Vidigueira; 6. Câmara Municipal de Santiago do Cacém; 7. Câmara Municipal de Beja; 8. Instituto das Comunicações de Portugal; 9. Instituto das Estradas de Portugal; 10. ANA-Aeroportos de Portugal, SA 11. Rede Ferroviária Nacional, REFER, EP 12. Instituto Geológico e Mineiro 	<p>Pareceres</p>
<p>A Câmara Municipal de Santiago do Cacém enviou um esboço da “<i>Carta Arqueológica de Santiago do Cacém</i>” e a Carta Cronológica com a designação e descrição das referências históricas do concelho.</p>	<p>Conteúdos</p>

Parecer da Comissão de Avaliação

<p>Dr. João Teles - Direção Geral do Ambiente ; Eng.^a Rita Alves - IPAMB; Dr. Carlos Albuquerque - ICN; Dra. Manuela de Deus - IPA; Arqta Cristina Salgueiro - DRAOT/Alentejo.</p>	<p>Entidades e representantes</p>
<p>A CA emite parecer FAVORÁVEL à seguinte combinação de soluções: Solução Base/Solução Alternativa 1/Solução Alternativa 2/Solução Base (a que favorecia a arqueologia era (SB/SA1/SB) CONDICIONADO ao cumprimento integral das medidas de minimização e monitorização preconizadas no EIA, bem como as medidas que se indicam:</p> <ol style="list-style-type: none">Executar uma prospeção sistemática do corredor selecionado, antes de projetados nos locais de implantação dos apoios para as linhas de alta tensão. Assim a sua localização poderá ser escolhida de forma a evitar ou minimizar a afetação de vestígios arqueológicos. Sublinha-se a necessidade de determinar a área de dispersão dos materiais nos sítios arqueológicos identificados. Este trabalho deverá ser efetuado por uma equipa de arqueologia. De acordo com os resultados obtidos na prospeção, poderá ser necessário adotar medidas específicas, nomeadamente a realização de sondagens arqueológicas;Realizar uma prospeção arqueológica prévia dos locais de implantação dos estaleiros e dos acessos à obra. De igual modo, de acordo com os resultados obtidos na prospeção, poderá ser necessário adotar medidas específicas;Dar conhecimento atempado do cronograma da obra à equipa de arqueologia.	<p>Conteúdos</p>

Declaração de Impacte Ambiental

<p>Emite parecer FAVORÁVEL CONDICIONADO, transcrevendo das medidas de minimização específicas constantes do parecer da CA. Ao que acrescenta: <i>“contratação dos serviços de um arqueólogo (ou equipa de arqueólogos), para acompanhamento de todos os trabalhos que impliquem remoção de terras, como sejam a construção de estaleiros, abertura de caminhos e escavações para implantação os apoios das linhas”</i></p>	<p>Conteúdo</p>
--	-----------------

Bibliografia

<p>DIREÇÃO GERAL DO AMBIENTE (2001) – <i>Parecer da Comissão de Avaliação das Linhas Aéreas de Alta Tensão Alqueva-Ferreira do Alentejo e Ferreira do Alentejo-Sines 2, a 400 kV (Estudo Prévio da REN, SA)</i> 30 p. Acessível no Centro de Documentação e Informação da Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, Portugal.</p> <p>ECOSSISTEMA (2000) – <i>Estudo de Impacte Ambiental das Linhas Aéreas de Alta Tensão Alqueva-Ferreira do Alentejo e Ferreira do Alentejo-Sines 2, a 400 kV. Vol. III-7- Paisagem e Património Cultural.</i> 71 p. Acessível no Centro de Documentação e Informação da Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, Portugal.</p>	<p>Documentação</p>
--	---------------------

ECOSSISTEMA (2000) – *Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental das Linhas Aéreas de Alta Tensão Alqueva-Ferreira do Alentejo e Ferreira do Alentejo-Sines 2, a 400 kV*. 21 p. Acessível no Centro de Documentação e Informação da Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, Portugal.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE (2001) - *Declaração de Impacte Ambiental (DIA) – Linhas Aéreas de Alta Tensão Alqueva-Ferreira do Alentejo e Ferreira do Alentejo-Sines 2, a 400 kV (Estudo Prévio)*. 9 p. Acessível no Centro de Documentação e Informação da Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, Portugal.

INSTITUTO DE PROMOÇÃO AMBIENTAL (2001) – *Relatório da Consulta Pública “Linhas Aéreas de Alta Tensão Alqueva-Ferreira do Alentejo e Ferreira do Alentejo-Sines 2, a 400 kV”*. 11 p. Acessível no Centro de Documentação e Informação da Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, Portugal.